

REFERÊNCIA OPACA, MANIPULAÇÃO DE PONTOS DE VISTA E TEXTUALIDADE

OPAQUE REFERENCE, MANIPULATION OF POINTS OF VIEW AND TEXTUALITY*

Denis Apothéloz¹

Tradução: Anaximandro Amorim², Rivaldo Capistrano Júnior³

RESUMO

Este artigo aborda o problema da opacidade referencial – originariamente descrita e discutida no quadro da lógica da filosofia da linguagem – na perspectiva da análise do discurso. Mostra-se que as expressões referenciais opacas são associadas à manipulação dos pontos de vista. Diferentes categorias de opacidade são distinguidas em função do tipo de conteúdo explorado para produzir um efeito de opacidade.

Palavras-chave: Opacidade Referencial. Referência. Pontos de Vista.

ABSTRACT

This article is focused on the problem of referential opacity – originally described and discussed in the framework of the logic of the language philosophy – in the perspective of the discourse analysis. It is shown that opaque referential expressions are associated to the manipulation of points of view. Different categories of opacity are distinguished according to the type of content exploited in order to produce an opacity effect.

Key-words: *Referential Opacity. Reference. Points of View.*

* Tradução realizada com a expressa autorização do autor de texto publicado em: Denis Apothéloz. *Référence opaque, manipulation des points de vue et textualité*. Angela Ferrari, Letizia Lala, Roska Stojmenova (a cura di). *Testualità. Fondamenti, unità, relazioni. / Textualité. Fondements, unités, relations. / Textualidad. Fundamentos, unidades, relaciones*, Franco Cesati, pp.117-132, 2015, 978-88-7667-547-8. <www.francoesatieditore.com>.

¹ Professor de Linguística da Universidade de Lorraine, Nancy, França. Membro do laboratório Atilf (Análise e Tratamento Informático da Língua Francesa) e Diretor Científico da Revista “Verbum”.

² Professor da Aliança Francesa de Vitória (ES). Graduando em Letras Português-Francês pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Grupo de Estudos em Linguística Textual (Gelt) da mesma universidade. Voluntário do Programa de Iniciação Científica da mesma instituição com a pesquisa “Referenciação, Multimodalidade e Ensino: análise do livro de FLE”, orientador Prof. Dr. Rivaldo Capistrano Jr.

³ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

A expressão da subjetividade, e, mais particularmente, a expressão de um ponto de vista sobre a realidade designada, ensejou um grande número de trabalhos em linguística e em narratologia francesas, especialmente com inspiração nas obras de G. Genette. Nestas duas últimas décadas, as pesquisas conduzidas por A. Rabatel no âmbito da linguística da enunciação contribuíram para despertar de novo o interesse por esse tipo de fenômeno. O problema que gostaria de retomar aqui se insere nesta problemática, ainda que sua origem disciplinar seja diferente: trata-se da questão da referência opaca. Lembremos que esta denominação se deve a W. v. O. Quine (1960). Todavia, o problema já fora descrito por G. Frege (1892) sob a denominação de denotação “indireta” ou “oblíqua”.

O fenômeno da opacidade referencial se manifesta quando o fato de comutar duas expressões correferenciais modifica o valor de verdade da proposição na qual figuram essas expressões: a proposição é verdadeira com uma das expressões, falsa com a outra. Há, assim, opacidade quando o fato de substituir uma expressão referencial por outra modifica o valor de verdade da proposição, *ainda que as duas expressões designem o mesmo referente*. Segundo Quine, o fenômeno é o índice de que a “proposição” (termo utilizado por este autor) em que aparecem essas expressões não é – ou não é puramente – referencial. Eis um dos exemplos comentados por Quine (1977, p. 207):

(1) O delegado está à procura do presidente do Conselho de Administração do hospital.

Para compreender o que Quine quer mostrar, é necessário imaginar que (1) é o enunciado da seguinte situação: a pessoa designada pela expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* foi nomeado recentemente para uma outra função, a de decano, e, assim, ele não é mais presidente do Conselho de Administração. Esta nova situação é conhecida pelo enunciador de (1), mas o delegado em questão não foi informado sobre isso. Nessas circunstâncias, observa Quine, o enunciado (1) não é verdadeiro se a expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* é interpretada como refletindo o ponto de vista do delegado sobre a pessoa designada por esta expressão, mas não do ponto de vista do enunciador. Não se pode, assim, no contexto das circunstâncias, substituir a expressão *o decano* pela expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* sem modificar as condições de validação do enunciado. De onde, como disse Frege: “a denotação de uma proposição *nem sempre é seu valor de verdade*” (1971, p. 113, *itálico de Frege*).

Em outros termos, o conjunto dos valores referenciais de uma proposição não é a única coisa a se levar em consideração para estabelecer seu valor de verdade. Diz-se de uma expressão que ela é “opaca” quando ela só pode ser interpretada como refletindo apenas o ponto de vista de uma instância que não seja o enunciador, como na situação imaginada acima.

Note-se que a mesma expressão seria, ao revés, transparente, num contexto de conhecimento em que o enunciador soubesse que o presidente do Conselho de Administração do hospital é um certo senhor Dupont, e no qual o delegado teria confiado ao enunciador que ele procurava o Sr. Dupont, mas sem que ele soubesse que o Sr. Dupont é o presidente do Conselho de Administração do hospital. Nesta situação, a expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* somente poderia refletir o ponto de vista do enunciador (e não do delegado) sobre o referente. Ela seria, assim, transparente.

Quine nota igualmente que certos contextos favorecem naturalmente o fenômeno da opacidade. Trata-se principalmente do discurso indireto e das expressões que se encontram no campo de um verbo de atitude proposicional (*ele pensa que..., ele gostaria de..., ele acha que...* etc.). No exemplo (1), é a expressão *está à procura de* que introduz a possibilidade de uma leitura opaca.⁴

De posse disso, Quine estabelece uma dupla distinção: de um lado, entre contexto (parcialmente) opaco e contexto transparente, do outro, entre expressão opaca e expressão transparente. O interesse por essa dupla distinção está ilustrado no par de exemplos seguintes, citado por várias vezes na literatura acerca do assunto:

(2) Édipo queria esposar **sua mãe**.

(3) Édipo queria esposar **Jocasta**.

A expressão *sua mãe* na formulação (2) se encontra num contexto indiscutivelmente opaco (cf. *queria*). Entretanto, levando-se em consideração o que sabemos do mito de Édipo, essa expressão só pode ser interpretada como transparente: ela reflete o ponto de vista, os conhecimentos etc., do enunciador, à exclusão do ponto de vista de Édipo. Logo, a ambiguidade está, aqui, totalmente teórica e só existe para um interpretante que não saberia nada sobre o mito de Édipo. (2) mostra bem o papel exercido pelo fenômeno do conhecimento prévio. Entretanto, a comparação de (2) e (3) mostra que a substituição das expressões *sua mãe* e *Jocasta*, neste contexto, modifica as condições de validade do enunciado.

O exemplo seguinte tem funcionamento, certamente, análogo. É fato a fuga de Blaise Compaoré, presidente do Burkina Faso, no momento em que se seguia um levante popular em seu país.

(4) [Título] A queda sem glória de Blaise Compaoré
[Olho fino] O antigo capitão paraquedista, no comando há 27 anos, exagerou na sua sede de poder (*Le Monde*, 4.11.2014).

É evidente que, a despeito da opacidade do contexto (cf. *queria*), a expressão *sede de poder* só poderia ser atribuída a B. Compaoré; ela reflete o ponto de vista do enunciador, sendo, então, transparente.

Como se pode ver, a abordagem que os professores de lógica e os filósofos da linguagem dão a este problema consiste em levar em consideração somente os *conhecimentos* ou as *informações* de que dispõem acerca do referente, de um lado o par enunciador-enunciatário, do outro lado, a instância terceira da qual é questão no enunciado, geralmente uma pessoa – em (1), o delegado. As semânticas formais abordadas na questão da opacidade são igualmente centradas na dimensão informacional das expressões analisadas e geralmente agem sobre alguns dos exemplos criados a título de demonstração. Evidentemente que nessa perspectiva tipicamente vericondicional, a questão da verdade/falsidade se torna central.

Vários linguistas abordaram a questão da opacidade – por exemplo, Heringer, (1969), Lawler (1977), Kleiber (1979 e 1981), Galmiche (1983), Fuchs (1994), Charolles (2002) –, seja para analisá-la como fenômeno suscetível de engendrar problemas interpretativos, seja para dis-

⁴ Os contextos opacos são chamados também de contextos “intencionais” (RUSSELL, 1905). Aliás, diz-se às vezes que expressões transparentes são objeto de uma interpretação *de re*, e das expressões opacas que elas são objeto de uma interpretação *de dicto*.

cutir alguns pontos problemáticos.⁵ Entretanto, é necessário estender esta questão a fim de fazer uma transposição para o campo da linguística do discurso. Evidentemente, é mister colocar o problema desta transposição em outros termos; mas, sobretudo, é necessário romper com a tradição da semântica vericondicional a fim de colocar em evidência outras dimensões além dos conhecimentos que têm os diversos protagonistas sobre o referente. Este artigo tem como objetivo, precisamente, trazer algumas observações sobre tal transposição.

2 DA LÓGICA À LINGUÍSTICA DO DISCURSO

Antes de tudo, retomemos, com um vocabulário diferente, o que nos disse a teoria clássica da referência. – Toda produção de uma expressão referencial consiste em realizar duas operações:

- (i) uma operação de designação, que apresenta principalmente algumas propriedades acionais (toda designação que supõe uma conjunção da atenção entre enunciador e enunciatário),
- (ii) uma operação de categorização lexical.⁶

Fundamentalmente, a questão da opacidade é a de determinar qual instância (i.e., qual “sujeito de consciência”) *se encarrega* da categorização. Quando esta instância só pode ser o enunciador, como em (2) e (4), a expressão é transparente. Mas, quando, por uma razão qualquer, esta instância não pode ser o enunciador, ou simplesmente quando há ambiguidade a esse respeito, a expressão é opaca. Há, então, *atribuição de incumbência da categorização a outra instância que não o enunciador* (o delegado, numa interpretação dada acima em (1)). Em ressonância à expressão de “sujeito de consciência”, pode-se dizer que há, então, “transferência de consciência”.⁷ Tomo de empréstimo de Desclés e Guentchéva (2000) o termo “mediador” para designar esta instância, o sujeito de consciência para o qual é atribuída a operação de categorização. Uma expressão opaca é, assim, uma expressão na qual há uma dissociação entre a operação de designação e a operação de categorização lexical; a primeira é encarregada pelo enunciador, a segunda é atribuída por este a um mediador. Eis o porquê de as expressões opacas serem às vezes descritas como polifônicas (e.g. Ciulla e Silva (2008)).⁸

O fenômeno da opacidade supõe, assim, que emerge uma oposição – ao menos a possibilidade de uma oposição – entre o ponto de vista do enunciador e o do mediador, relativamente à escolha da categorização lexical.⁹ Nesta perspectiva, a questão da opacidade referencial concerne menos à substituição *salva veritate* de duas expressões (como queira a tradição lógica), que à manipulação de pontos de vista sobre o referente. Uma expressão opaca aparece como um embaçador de pontos de vista.

⁵ Por exemplo: as relações entre a oposição opaca *versus* transparente e outras distinções clássicas na literatura sobre a referência, como a distinção entre interpretação atributiva *versus* interpretação referencial, ou interpretação não-específica *versus* interpretação específica.

⁶ Estas duas operações correspondem ao que Frege chamava, respectivamente, de “Bedeutung” (denotação) e “Sinn” (sentido).

⁷ Charolles (2002, p. 99) nota que este mecanismo é a origem de uma confusão, aparentemente bastante frequente, consistindo no uso dos qualificativos “opaco” de “transparente”. Alguns linguistas, de fato, qualificam às vezes de “transparentes” as expressões opacas (e reciprocamente), precisamente porque uma expressão opaca eclipsa de alguma forma o enunciador, que se torna, assim, “transparente”!

⁸ A opacidade referencial aparenta-se igualmente ao fenômeno da denominação reportada (Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, 1999)). Uma expressão opaca comporta assim um dimensão mencionial, que é, aliás, marcada, às vezes, pelas aspas. Este estatuto semiótico híbrido (em parte pelo uso, em parte, pela menção) se aproxima do que Authier-Revuz (2004) chama “modalização autonômica”.

⁹ Convém notar que o mediador não é obrigatoriamente uma 3ª pessoa. Pode ser o enunciador.

É interessante notar que, ainda que assim caracterizado, o fenômeno da opacidade não se limita às expressões referenciais. Ele pode ser comprovado em diversas expressões predicativas. Examinemos o exemplo seguinte:

(5) Lelgoualch [...] pediu simplesmente para que o operador lhe guardasse a tibia, à qual ele tencionava dar um uso **misterioso** (R. Roussel, *Impressões da África*, 1999).

Neste exemplo, o adjetivo *misterioso* se encontra no campo da expressão *à qual ele tencionava dar*, expressão que induz um contexto opaco. Por esta razão, este adjetivo é suscetível de uma leitura opaca ou de uma leitura transparente:

– No caso de uma leitura opaca, é o personagem de nome Lelgoualch, instituído em mediador, que é considerado “conceber” e então determinar o que recobre exatamente o conceito de mistério veiculado pelo adjetivo *misterioso*. O sentido de *misterioso* é então associado, nesta interpretação específica do mediador Lelgoualch.

– No caso de uma leitura transparente, é o enunciador que é responsável pelo sentido deste adjetivo, que é então puramente constativo e não mais associado a uma interpretação.

Essas duas interpretações poderiam ser glosadas respectivamente por (5a) e por (5b):

(5a) ‘a qual ele tencionava dar um uso tal que produzisse um efeito de mistério’
[leitura opaca]

(5b) ‘a qual não se sabia qual o uso que ele daria’ [leitura transparente]

Observe-se que neste exemplo o problema da opacidade se coloca em termos um pouco diferentes do exemplo (1). Não se trata, em (5), de opor uma categorização a outras categorizações (um lexema adjetival a um outro lexema adjetival), mas de opor, para uma mesma categorização, duas interpretações.¹⁰

A opacidade pode, igualmente, concernir aos verbos. A título de exemplo, mencionemos o fenômeno (ou processo) que Talmy (2000) chama de “fictive motion”,¹¹ do qual (6) é um exemplo característico:

(6) Ele subiu encostas, desceu em gargantas estreitas. Sucessivamente, dois riachos **surgiram**: ele os atravessou, molhando-se até a cintura (E. Zola, *A besta humana*, 1890).

A expressão *surgiram* descreve dois riachos não como uma presença permanente, mas como uma aparição. Esta expressão indica, assim, que é o ponto de vista do personagem que é adotado aqui, personagem-mediador se deslocando numa paisagem.¹²

Mas, a opacidade pode se alojar em mecanismos mais intimamente gramaticais, como mostra o excerto abaixo. Tem a ver com dois personagens se deslocando de uma parte à outra de um rio e procurando se encontrar:

¹⁰ Rabatel (2003, p. 57) faz a mesma análise do adjetivo *infeliz* no exemplo seguinte: *Édipo participou seus projetos aos cidadãos de Tebas: ele desposaria a infeliz Jocasta*.

¹¹ Ver também Borillo (2012), que fala de “deslocamento fictício”.

¹² Pode-se igualmente evocar, aqui, a maneira pela qual Filmore (1975, p. 51) caracterizaria um dos empregos do verbo *come*: “Motion toward a point where the speaker in through or imagination places himself”.

(7) Cada um na sua margem, e com rápidas correntes entre eles, caminhou paralelamente, suas imagens refletidas se juntando bem no centro do rio unido com um espelho. [...] Em torno deles, a mata parecia, a cada passo, espessar mais ainda suas negras profundezas, a água estreitada por bordas elevadas tinha a transparência fluida da noite. Uma ponte de madeira rústica, feita de troncos grosseiramente ajustados, uniu as duas margens e uma atrás da outra penetrava no coração da floresta (J. Gracq, No Castelo d'Argol. In Barceló & Bres 2006, p. 37).

A utilização do pretérito perfeito (*Uma ponte de madeira rústica... uniu as duas margens*), tempo do passado que designa uma situação acabada, para descrever uma situação, em essência, que indica estado, visa, manifestadamente, aqui, sugerir que não é a presença de uma ponte que sinaliza essa forma verbal, mas a súbita descoberta pelos dois protagonistas (logo, um evento). Neste exemplo, é, pois, o tempo verbal (mais exatamente o aspecto) que está opaco e que confere aos dois protagonistas o papel de mediadores, dando-nos, assim, seu ponto de vista da situação. No mesmo contexto, um pretérito imperfeito seria, ao revés, refletivo do ponto de vista da instância narrativa.

A opacidade nos parece ser mais específica que o fenômeno, bem conhecido em narratologia, chamado de “focalização interna” por Genette (1972), ainda que produzindo efeitos da mesma ordem (atribuição de pontos de vista). A focalização interna concerne a uma diversidade muito grande de fenômenos, indo das múltiplas formas do discurso indireto livre a enunciados no pretérito imperfeito que retomam o que vê um personagem etc. Com a opacidade, está-se na presença de um fenômeno localizado em um lexema, mais ainda, como em (7), em um gramema.

O presente artigo tratará apenas da opacidade no que tange às expressões referenciais (compreendendo expressões de localização temporal e espacial).

3 TIPOS DE CONTEÚDOS CONSIDERADOS

Para que o fenômeno da opacidade se manifeste, duas condições são necessárias: de um lado, o contexto em que aparece a expressão deve ser intencional, i.e., interpretável como opaco; do outro lado, o conteúdo da própria expressão deve estar apto a “revelar” a oposição de dois pontos de vista diferentes sobre o referente. Ora, nem todos os conteúdos se prestam da mesma maneira a essa clivagem. Os que se prestam melhor a isso são:

- (i) estados de conhecimento
- (ii) estados de percepção
- (iii) atitudes
- (iv) destaque enunciativo

Como veremos, esses tipos de conteúdo são combináveis.

3.1 OS ESTADOS DE CONHECIMENTO

Tratam-se de estados de conhecimento que têm referente enunciador, enunciatário e toda instância que concerne ao discurso, instância suscetível de ser eleita no estado do mediador. Tipicamente, é a forma de conteúdo que é levada em consideração nas abordagens lógicas de

opacidade, bem como nas obras de semântica formal. Os exemplos (1), (2) e (4) acima têm a ver somente com a categoria dos conteúdos.

Com o exemplo (2), viu-se um caso em que a leitura opaca está, em princípio, excluída, levando-se em consideração saberes supostamente compartilhados. Eis outro exemplo em que, desta vez, é a leitura transparente que é excluída, sem a qual o enunciado é contraditório. Esse exemplo foi forjado por Michel Pêcheux em uma argumentação na qual foi questão não a opacidade referencial, mas o papel dos pré-construídos no discurso:

(8) **Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz** nunca existiu (in: PÊCHEUX, 1975, p. 88).

Como se sabe, esse tipo de proposição relativa, que constitui um sintagma nominal, é dotado de certas propriedades pressuposicionais (LEVINSON, 1983); mais precisamente, ela comporta um pressuposto de existência. Aqui, o pressuposto é o de que “há alguém que salvou o mundo morrendo na cruz”. Ora, este pressuposto entra em contradição com a proposição afirmada pelo enunciado. A única maneira de resolver essa contradição é interpretar a expressão como opaca, assim, como visando a significar algo como “aquele de quem se diz salvar o mundo morrendo na cruz”.

Nota-se, aliás, que (8) não comporta nenhuma das características dos contextos descritos pelos estudiosos de lógica como opacos. Só a contradição incita a interpretar a relativa como opaca.

3.2 OS ESTADOS DE PERCEPÇÃO

Um outro tipo de conteúdo frequentemente associado com a opacidade é a expressão da percepção. Notemos, todavia, que o termo percepção é bastante restritivo para descrever os fatos relacionados. Com efeito, tal como veremos, a percepção aí expressa não é separável da categorização. Dito de outra maneira, ela comporta uma dimensão cognitiva. Assim, seria mais correto falar de *fenômeno*, no sentido filosófico “daquilo que se manifesta a um sujeito de consciência”. Talmy (2000) resolveu habilmente esse problema terminológico, criando, em inglês, o neologismo “ception” (hiperônimo de “perception” e “conception”).

Exemplos abundam em que esse tipo de conteúdo é explorado para produzir um efeito de opacidade. Eis aqui alguns:

(9) [...] já havia alguém sentado ali. Tiburius achou de longe que fosse uma senhora daquelas que a gente sempre encontra sentada nas representações de florestas dos modelos para desenho; na verdade, ele via uma luz muito branca no caminho que mais lhe parecia com uma trouxa de roupa. Caminhou calmamente em direção à **coisa** (A. Stifter, *O caminho da floresta*, trad. franc., 1943).

(10) Em um estado de extremo cansaço, as pupilas de Caleb se fecharam. [...] A imagem de seu irmão se desenhava em sua frente, **a forma** tocava seus lábios mas ele não ouvia nada. **A silhueta** desapareceu (E. Robinson, *A queda da casa Gemins*, 2013).

(11) [Cena de comparecimento de uma jovem a um júri]
Agora, é a vez da menina. Ela é limpa e educada; mas vê-se que o aparelho da Justiça, esses bancos, essa solenidade, a espécie de trono em que estão sentados **esses três velhos senhores estranhamente vestidos**, tudo isso a assusta (A. Gide, *Lembranças do júri*, 1914).

Os exemplos (9) e (10) têm vários pontos em comum: nos dois casos, tem a ver com o que “vê” um personagem, e essa visão é apresentada como incerta. As expressões *a coisa, a forma, a silhueta* são tipicamente opacas. Em (11), o uso que é feito do demonstrativo é característica do que Bühler (1934) chamava de a “dêixis am phantasma”, quer dizer, uma expressão produzida em ausência de seu referente (para o enunciador), mas visando a refletir o que percebe um mediador (aqui, a menina). Da mesma maneira que no exemplo (5) o adjetivo *misterioso* admitia uma leitura opaca, aqui, são os adjetivos *velhos* e *estranhamente vestidos* que concentram o fenômeno da opacidade.

A percepção pode ser evolutiva. No exemplo seguinte, o personagem chamado Frederico II vê um homem descer de uma árvore e emergir progressivamente dos galhos, desvendando uma a uma, isto é, de baixo para cima, as partes do seu corpo e de suas vestes:

(12) Frederico II estava atrás da moita desde aproximadamente uma meia-hora [...], quando o barulho pareceu ser feito por alguma coisa ou alguém, uma fera, uma serpente escorregando pelos galhos, pelo tronco; e, da bruma, como se de um buraco, começou a descer **um pé calçado com uma bota, uma calça, um casaco, um chapéu de pele, um homem!** Que descia lentamente ao longo de dois metros e cinquenta de tronco que estava visível e pôs seus pés no chão (Giono, *Um rei sem divertimento*, 1949).

3.3 AS ATITUDES

Compreende-se por “atitude” tudo aquilo que se destaca dos julgamentos de valor, do axiológico, relativamente ao que está designado. Exemplos desse tipo de conteúdo com fins de opacidade são igualmente numerosos:

(13) [Acerca do maratonista Émile Zátopek]
Concordou-se em colocar Émile no posto mais alto, decerto, de fenômeno do socialismo real. Assim, melhor que se ficasse com ele, que o poupassem e que não o enviassem muito para o exterior. Quanto mais raro ele fosse, melhor seria. Mesmo porque, seria de fato uma pena que, de um estalo, ele passasse, como alguns, para o outro lado, **o lado imundo das forças imperialistas do grande capital** (J. Echenoz, *Courir*, 2008).

(14) [Um escritor é interrogado pela polícia, logo após um crime. Ele se queixa das dificuldades de seu trabalho]
O inspetor Décosterd e seus colegas da Segurança batiam com o dedo na cabeça. Escritor! E novo mártir! Vamos deixar o **infeliz** com seu discurso (J. Chesses, *O vampiro de Ropraz*, 2007).

(15) “Canhões! Homens! Munições!”, exigiam os compatriotas sem jamais mostrar cansaço. Parecia que não dava nem para dormir, de tanto que **a pobre Bélgica e a inocente e pequena Alsácia** tinham sido arrastadas ao julgo germânico. Era uma obsessão que impedia, segundo nos confirmaram, os melhores dentre nós de respirar, de comer, de copular (L.-F Céline, *Viagem ao meio da noite*, 1932).

A expressão de opacidade através de atitudes é muito frequentemente associada ao discurso indireto, desde que seja objetivamente plausível – como o fato de a polícia chamar de *infeliz* um suspeito (ex. 14), termo que revela, praticamente, um estereótipo –, ou que ele seja atribuído com

forma de caricatura. As expressões em negrito em (13) e (15) mostram indiscutivelmente o registro de uma caricatura. O adjetivo *pobre* tal como utilizado no texto de Céline, aliás, salienta bem esse tipo de emprego, a ponto de se poder considerar que o efeito de opacidade que ele produz é praticamente lexicalizado.

É interessante notar que encontramos esse tipo de opacidade até... nas definições dos dicionários! Veja essa definição, extraída do *Nouveau Petit Robert* (2002):

(16) CRUZADO – (Séc. XII) Senhor que tomava a cruz para combater **os infiéis** (→ *cruzada*).

3.4 O DESTAQUE ENUNCIATIVO

No sentido habitual, a expressão “destaque enunciativo” designa o conjunto das seleções que são feitas sobre as expressões da pessoa, da localização temporal e da localização espacial, em relação ao *ego*, *hic et nunc* da enunciação.¹³ Há opacidade quando o destaque enunciativo se faz não com relação ao enunciador, mas, com relação ao mediador. Um caso protótipo é aquele em que o enunciador utiliza, como expressão de localização temporal no interior da narração, uma expressão dêitica quando uma expressão anafórica é esperada. É necessário, ainda, que esse dêitico possa ser atribuído a um mediador. Essa condição ocorre nos seguintes exemplos:

(17) São dez para as seis, Jean diz a si mesmo que está tarde. **Em dez minutos**, o barulho da draga cessaria. Se ainda estivesse claro, é porque a primavera já havia chegado, dessa vez (M. Duras, *Diários da guerra*, 1943 – 1949).

(18) A grelha de ferro do corredor não estava mais fechada e ele encontrou facilmente a galeria pela qual ele foi conduzido **ontem à noite** até a copa. Mas ali não havia porta alguma que poderia dar para outros cômodos; dava para ver apenas duas prateleiras velhas, iguais às que ele já tinha visto **na véspera daquela noite** à luz de velas (A. Stifter, *O homem sem posteridade*, trad. franc. 1978).

(19) [...] o concerto ainda está fazendo sucesso, milhares de pessoas ainda o cumprimentam, assegurando-lhe de que gostaram e de que às vezes ele tem um ar inglês antes quando é visto pelas boates ou pelos teatros de sombra. Mesma coisa de retorno a Nova Iorque, Carnegie Hall, nos lugares das gentes chiques da Madison Avenue que ainda lhe pedem, claro, para **nos** tocar qualquer coisa (J. Echenoz, *Ravel*, 2006).

Como no exemplo anterior, a opacidade está, aqui, sempre relacionada com o discurso indireto, como mostram os exemplos (17) (cf. *Jean diz a si mesmo que está tarde*) e (19) (*que ainda lhe pedem*). No excerto (18), é interessante observar que a mesma temporalidade está significada primeiramente por uma expressão opaca (*ontem à noite*), refletindo o ponto de vista do personagem designado por *ele*, em seguida, por uma expressão transparente (*na véspera daquela noite*). Esse uso da dêixis é objeto de alguns trabalhos (e.g. Vuillaume (1993), Reichler-Béguelin (1997)), mas sem que eles estejam sistematicamente associados ao fenômeno da opacidade.

¹³ Essa maneira de apresentar o destaque enunciativo está meio simplificada. De fato, sabe-se que existe, além da pessoa, do tempo e do espaço, igualmente uma dêixis textual e uma dêixis social (cf. LEVINSON, 1983).

O passado epistolar – que consiste em descrever com verbos do presente eventos concomitantes de recepção da carta e com verbos do passado eventos concomitantes de sua redação (exemplo: *lendo a presente carta, você deve ter pensado que eu estava de mau humor quando a escrevi...*) – não é nada mais que uma forma opaca transformando o destinatário em mediador.

O uso do determinante demonstrativo, às vezes, também participa desse jogo de destaques enunciativos. Assim, no exemplo (11) (*o aparelho da Justiça, os bancos, a solenidade, os três velhos senhores misteriosos*), os SN demonstrativos se justificam pelo fato de que o ponto de vista da menina, os bancos, a solenidade etc., estão concretamente presentes e fazem parte do meio-ambiente imediato. Aqui, a opacidade está associada a conteúdos que destacam, às vezes, a percepção e o destaque enunciativo.

4 OPACIDADE, MIMETISMO LINGUAGEIRO E OUTRAS MANIPULAÇÕES

Os exemplos analisados até aqui comportam todos eles um contexto intencional ou opaco, no sentido quiniano do termo: expressões de atitude proposicional, discurso ou pensamento indiretos, percepções indiretas. Entretanto, há casos de opacidade (mas seriam mesmo de opacidade?) que não pareceriam motivados por uma transferência de consciência sobre um mediador. Essa situação acontece quando o enunciador retoma, para designar um referente, uma expressão anteriormente atribuída a um personagem no discurso indireto. Chamaremos esse procedimento de “mimetismo languageiro”. Eis alguns exemplos:

(20) As mulheres declaravam, de porta a porta:

– Não podemos alimentar esse preguiçoso o ano todo.

Entretanto, o preguiçoso precisava comer todos os dias (G. de Maupassant, *O vagabundo*, 1884).

(21) Em maio de 1869, as pessoas de bem de Paris foram convidadas para assistir ao casamento das meninas de Coëtquidan, Angèle e Émilie, as “**periquitas**”, como eram chamadas, pois elas eram gêmeas.

[Meia página mais abaixo] As **periquitas** tinham reputação de não serem inteligentes (H. de Montherlant, *As Solteiras*, 1934).

(22) [Aula de latim]

– Extremamente interessante! Exclamou, esfregando as mãos [...]. Então, **senhores!** Um problema mais refinado. Eis aqui uma boa ocasião de mostrarem sua inteligência intelectual. Porque, se *olleare* dá *ollandus sim*, então... e aí, **senhores**, vejam só!

Os senhores se calaram, vencidos (W. Gombrowicz, *Ferdydurke*, trad. franc. 1973).

(23) [Mathilde se apressa para entrar no cômodo em que Maurice está trabalhando]

MATHILDE, *entreabrindo a porta*. – Pode-se entrar?

MAURICE, *virando-se e vendo Mathilde*. – Claro que se pode entrar.

MATHILDE. – Bom dia, Maurice! (A. Dumas, *Convite à valsa*, 1857).

A despeito de uma evidente semelhança nos casos anteriores, os quatro exemplos acima têm funcionamento bastante diferente. Nesses excertos, com efeito, a motivação da segunda expressão não é de “ceder” a operação de categorização lexical a um mediador (como se cede a palavra) e,

inevitavelmente, apagar provisoriamente o enunciador. Ao revés. Aliás, o ponto de vista do mediador já foi dado na primeira ocorrência da expressão. A função dessas expressões é mais de mimicar abertamente e de maneira lúdica uma expressão do mediador.¹⁴ Sem o antecedente que constitui a primeira denominação, não haveria nenhum efeito de atribuição. Em (21), a expressão seria, aliás, incompreensível, em razão do seu caráter metafórico. O excerto (23), com a retomada mimética de *se*, mostra que o procedimento pode se relacionar com o uso dos pronomes. Longe de distanciar o enunciador, esse mimetismo linguageiro o coloca em primeiro plano.

Outros exemplos atestam que a referência opaca nem sempre coloca o enunciador em segundo plano. Veja o excerto seguinte:

(24) [Artigo anunciando a publicação do *Jornal* de P. Drieu la Rochelle]
O *Jornal* destila desprezo pelos amigos do passado: Gide, esse “*grande impotente*”, Aragon, “*o onanista lânguido*”, Jouvenel, “*o grosseirão*”. [...] Quanto a Pétain, este não passa de um “*velho babaca*”, “*um burro completo*”. **O Cristo** não escapa às investidas (*Le Monde*, 8.5.1992).

A interpretação da expressão **o Cristo**, na última frase do excerto, supõe conhecimentos precisos com relação ao escritor Drieu la Rochelle, suas tomadas de posição durante a Ocupação etc., – cuja falta fará o leitor ver, aí, a designação de um novo referente! É totalmente claro, entretanto, que esta frase é tão somente um comentário do que ela precede, e que a expressão *o Cristo* designa, aqui, Pétain. Este exemplo nos interessa para nos deixar mais atentos ao fato de que é sempre, em definitivo, o enunciador que manipula as representações, compreendendo aquelas que ele atribui a um mediador. Drieu la Rochelle é mesmo o mediador da expressão *o Cristo*; mas, a metáfora que constitui essa expressão para designar “Pétain visto por Drieu” reflete, tanto quanto figura, o ponto de vista do enunciador e não o de Drieu. Exprime-se, então, aqui, de maneira indissociável, o ponto de vista de Drieu sobre Pétain e o do enunciador sobre esse ponto de vista!

5 CONCLUSÃO: OPACIDADE E TEXTUALIDADE

Qual é a contribuição da opacidade para a textualidade? Parece que nenhum dos dois parâmetros habitualmente evocados sobre a textualidade – a coesão e a coerência – sejam verdadeiramente interessantes pelos fatos que acabamos de examinar, ainda que as expressões referenciais opacas sejam frequentemente igualmente anafóricas – em que esses casos contribuem à coesão através da anáfora.

Vimos que uma expressão opaca funciona para o interpretante como se fosse um embaçador de ponto de vista: da mesma forma que Jakobson (1963) via nos dêíticos das expressões que “embaçam” o enunciado sobre a enunciação, as expressões opacas embaçam o ponto de vista expresso pelo enunciador sobre uma outra instância (que chamamos de “mediador”). Disso resulta para o leitor uma espécie de “janela”, dando-lhe acesso ao ponto de vista de um personagem. Teoricamente, a consequência desse funcionamento deveria ser um curto-circuito momentâneo do enunciador. Vimos, entretanto, que nem sempre é o caso. Por exemplo, quando a expressão opaca é utilizada com a intenção manifesta de mimetismo linguageiro, e na presença do seu modelo, essa expressão não é mais de todo interpretada como uma cessão de ponto de vista. Ela se torna um ponto de vista sobre um ponto de vista.

¹⁴ De maneira que existe mesmo, aqui, uma anáfora, mas essa anáfora é mais denominacional que referencial. A mesma coisa para o antecedente.

Integrar o fenômeno da opacidade na problemática da textualidade necessita introduzir nessa problemática, e geralmente mais na da interpretação, uma dimensão que os linguistas não abordam com frequência – talvez porque ela seja muito “psicológica” para eles. É ela que toca nos mecanismos de projeção e de “participação”, mais ainda de empatia, em que toda a atividade de recepção é suscetível de deslanchar. Não há dúvida que esses mecanismos representam um papel importante na recepção, qualquer que seja a natureza do discurso ou do texto relacionado. Deslanchados por uma expressão opaca, eles conferem ao texto um relevo enunciativo particular, multiplicando e diversificando as subjetividades, logo, os pontos de vista. No mais, na medida em que ela é sempre causa de ambiguidades, a opacidade contribui para complexificar as operações de interpretação. Quanto a isso, podemos supor que ela mantém um leque de atenção do interpretante, sobretudo (i) com relação às expressões que pertencem a um ou a outro dos quatro tipos de conteúdos descritos acima e (ii) com relação a todas as formulações suscetíveis de abrir um contexto intencional.

No fundo, as expressões opacas estão expostas ao mesmo tipo de leitores e de efeitos de sentido qualquer que seja a menção, palavra ou pensamento retomados. Segundo a intenção na qual elas estejam investidas, segundo a maneira em que o interpretante as relê com seu conhecimento e entendimento, elas podem ser interpretadas como representações fieis de um ponto de vista do mediador, ou como representações intencionalmente caricaturais ou irônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENIS APOTHÉLOZ-MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Construction de la référence et stratégies de désignation*. Travaux neuchâtelois de linguistique (TRANEL), v. 23, p. 227-271, 1995.

DENIS APOTHÉLOZ-MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora*, Journal of Pragmatics., v. 31, p. 363-397, 1999.

JACQUELINE AUTHIER-REVUZ. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène. *Le Discours rapporté dans tous ses états*, a cura di JUAN MANUEL LOPEZ-MUÑOZ-SOPHIE MARNETTE-LAURENCE ROSIER, Paris, L'Harmattan, 2004. p. 35-53.

BARCELÓ-BRES, GÉRARD J. BARCELÓ-JACQUES BRES. *Les temps de l'indicatif en français*, Paris, Ophrys, 2006.

ANDRÉE BORILLO. *L'expression de déplacement fictif comme manifestation d'un discours narratif subjectif*, in *Grammaire, lexicque, référence. Mélanges offerts à Georges Kleiber pour ses quarante ans de carrière*, a cura di Louis DE SAUSSURE-ANDRÉE BORILLO-MARCEL VUILLAUME, Berne, Peter Lang, 2012, p. 45-58.

KARL BÜHLER, SPRACHTHEORIE. *Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Stuttgart, Lucius & Lucius, 1934. Trad. franç., *Théorie du langage. La fonction représentationnelle*, Marseille, Agone, 2009.

MICHEL CHAROLLES. *La référence et les expressions référentielles en français*, Paris: Ophrys, 2002.

SILVA, A. C. *Os processos de referência e suas funções discursivas*. thèse de doctorat, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <www.atilf.fr/IMG/pdf/theses/These_CiullaESilva_Alena_2008.pdf>.

- JEAN-PIERRE DESCLÉS-ZLATKA GUENTCHEVA. *Enonciateur, locuteur, médiateur dans l'activité dialogique*, in *Les rituels du dialogue*, a cura di AURORE MONOD-BECQUELIN-PHILIPPE ERIKSON, Nanterre, Société d'Ethnologie, 2000. p. 79-112.
- CHARLES J. FILLMORE. *Santa Cruz Lectures on Deixis 1971*, Bloomington, Indiana: University Linguistics Club, 1975.
- GOTTLÖB FREGE. *Über Sinn und Bedeutung*, in «Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik», 1892, 100, pp. 25-50. Trad. franç., *Sens et dénotation*, in G. Frege, *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris: Seuil, 1971. p. 102-126.
- CATHERINE FUCHS. *Paraphrase et énonciation*. Gap-Paris: Ophrys, 1994.
- MICHEL GALMICHE. *Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence*, Langue française, v. 57, p. 60-86, 1983.
- GÉRARD GENETTE. *Figures III*, Paris: Seuil, 1972.
- JAMES T. HERINGER, *Indefinite noun phrases and referential opacity*, in *Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, a cura di ROBERT I. BINNICK-ALICE DAVISON-GEORGIA M.GREEN-JAMES L.MOR-GAN, Chicago, University of Chicago, 1969, p. 89-97.
- ROMAN JAKOBSON, *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*, in ROMAN JAKOBSON. *Essais de linguistique générale I*, Paris, Minit, 1963, p. 176-196.
- GEORGES KLEIBER. *A propos de l'ambiguïté référentielle Transparence/Opacité*. Travaux de linguistique et de littérature XVII (1979), 1, p. 233-250.
- GEORGES KLEIBER. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*, Metz, Centre d'Analyse Syntaxique, 1981.
- JOHN LAWLER. *Quelques problèmes de référence*, Langages, 1977, 48, pp. 100-119.
- STEPHEN C. LEVINSON. *Pragmatics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JOHN LYONS. *Semantics II*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- WILLARD VAN ORMAN QUINE, *Word and Object*, Cambridge, The M.I.T. Press, 1960; Trad. franç. *Le mot et la chose*, Paris, Flammarion, 1977.
- ALAIN RABATEL. *Les verbes de perception en contexte d'effacement énonciatif: du point de vue représenté aux discours représentés*. Travaux de linguistique, 2003, 46, p. 49-88.
- MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Le repérage spatio-temporel dans le discours rapporté: remarques sur les règles et les emplois*, *Espace et temps dans les langues romanes*, a cura di KRZYSZTOF BOGACKI-TERESAGIERMAK-ZIELIŃSKA, Varsovie, Institut de Philologie romane de l'Université, 1997, p. 137-150.
- BERTRAND RUSSELL. *On denoting*, *Mind*, XIV, v. 4, p. 479-493, 1905.
- TALMY, Leonard. *Fictive motion in language and "ception"*. *Toward a Cognitive Semantics*, v. 1, n. 2, Cambridge, 2000, p. 99-175.
- MARCEL VUILLAUME. *Le repérage temporel dans les textes narratifs*. Langages, v. 112, p. 92-105, 1993.